



Ata n. 105/2021

Câmara do Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça Social do Conselho da Faculdade de Direito

1 Aos 26 dias do mês de novembro de 2021, reuniu-se às 16:05h, a Câmara do Programa de Pós-Graduação
2 em Direito e Justiça Social (PPGDJS) vinculado a Faculdade de Direito, com a presença das(os)
3 professoras(es): Sheila Stolz; Carlos André Sousa Birnfeld, Daniel Lena Marchiori Neto, Eder Dion de
4 Paula Costa, Felipe Wienke, Felipe Kern Moreira, Hector Cury Soares, Hemerson Pase, Horácio
5 Rodrigues, José Ricardo Caetano Costa, Maria Claudia Crespo Brauner, Liane Francisca Hüning
6 Pazinato, Rafael Ferreira, Raquel Fabiana Lopes Sparemberger, Renato Duro Dias, Salah Hassan Khaled
7 Junior; bem como as(os) estudantes: Carícia Hercília dos Santos, Lucas Moran, Maurício de Queiroz
8 Peres (representante discente na Câmara do PPGDJS) e Vinícius Viana Gonçalves para deliberar sobre os
9 seguintes pontos de pauta: 1) Deliberação da Câmara do Programa de Pós-Graduação Direito e Justiça
10 Social do Conselho da Faculdade de Direito da FURG sobre os critérios para credenciamento e
11 credenciamento de docentes no Programa de Pós-Graduação Direito e Justiça Social – PPGDJS; e, 2)
12 Indicação e Aprovação da Comissão de Credenciamento. A Coordenadora iniciou a reunião informando
13 que a Deliberação em análise está sendo proposta pela Coordenadora com base no Artigo 5º, incisos
14 VIII e X do Regimento Geral dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da FURG e, também, nas
15 recomendações constantes da Ata 75/2019 de 29/10/2019 da Câmara do PPGDJS que tratou do Edital de
16 Credenciamento e Recredenciamento do Corpo Docente para Quadriênio 2017-2020 e a da Ata 78/2019
17 de 10/12/2019 da Câmara do PPGDJS que, entre outros pontos, estabeleceu a regularidade dos próximos
18 Editais de Credenciamento e Recredenciamento (2021 e 2023). Outrossim, destacou que a Deliberação
19 proposta seguiu as seguintes normativas: a Portaria CAPES nº 81/2016, o Documento Orientador de
20 APCN da área de Direito (ano 2019), a Ficha de Avaliação da área de Direito (ano 2020), as conclusões e
21 encaminhamentos do Seminário Interno de Avaliação do PPGDJS/FURG realizados nos dias 30 e 31 de
22 agosto e 13 e 14 de setembro de 2021 e a Deliberação Nº 005/2017 do Conselho Acadêmico Da
23 Faculdade De Direito. Dito isso, informou aos presentes que não foram recebidas no e-mail do PPGDJS,
24 conforme solicitado na Convocação da presente reunião, nenhuma proposta por escrito de alterações da
25 Deliberação. Não obstante, manifestou que entende ser importante a discussão democrática de ponto a
26 ponto da Deliberação proposta. A professora Dr^a Maria Claudia Brauner, pediu a palavra e disse que a
27 Deliberação estava muito bem redigida, mas que gostaria de fazer alguns destaques em pontos
28 específicos. Também sugeriu que dado a importância do tema fosse marcada uma nova reunião, para o
29 próximo dia 3 de dezembro, para ampliar as discussões. O professor Dr. Carlos André Birnfeld pediu a
30 palavra e lembrou que estamos chegando ao final do ano e que este tema precisa ser deliberado, ainda em
31 2021. O Professor Dr. Felipe Kern lembrou que no próximo dia 3 de dezembro teremos reunião para
32 discutir o novo Regimento da FADIR e, logo a seguir, reunião do Conselho da FADIR. A Coordenadora
33 sugeriu colocar em votação as seguintes propostas: 1) analisar e votar a deliberação na nesta reunião; 2)
34 analisar e votar a deliberação em outra reunião. Colocada em votação, a proposta 1 foi aprovada, por
35 maioria, com 8 votos, sendo que a proposta 2 obteve 5 votos. O Professor Dr. Carlos André Birnfeld
36 pediu a palavra e propôs que a apreciação do tema fosse feita dispositivo a dispositivo, iniciando pelo
37 preâmbulo, e seguindo, artigo a artigo, *in totum* (incluídos incisos, alíneas e parágrafos), até o último
38 artigo, culminando com o exame do Formulário Anexo. A cada dispositivo, havendo destaques, em
39 quaisquer partes, seria aberto debate específico para cada destaque, com a subsequente votação. Não
40 havendo destaque, o dispositivo seria submetido à votação imediata, o mesmo ocorrendo com as partes
41 incontroversas de cada dispositivo destacado. A proposta foi colocada em discussão, e, a seguir, em
42 votação, sendo aprovada por unanimidade. Nesta perspectiva, a Coordenadora, solicitou ao referido
43 professor, seu Coordenador Adjunto, que auxiliasse na condução dos trabalhos, conduzindo as
44 deliberações acerca de cada dispositivo. De imediato, o professor iniciou, colocando em discussão a parte
45 preambular da norma, a qual, após ser colocada em debate, no qual não foram apresentados destaques, foi
46 colocada em votação e aprovada por unanimidade. A seguir, colocou em discussão o **Artigo 1º**, *in totum*,
47 o qual, após ser colocado em debate, no qual não foram apresentados destaques, foi colocado em votação



48 e aprovado por unanimidade. Após, colocou em discussão o **Artigo 2º**, *in totum*, o qual, após ser colocado
49 em debate, no qual não foram apresentados destaques, foi colocado em votação e aprovado por
50 unanimidade. Na sequência, colocou em discussão o **Artigo 3º**, *in totum*, o qual, após ser colocado em
51 debate, no qual não foram apresentados destaques, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade.
52 A seguir, colocou em discussão o **Artigo 4º**, *in totum*, o qual, após ser colocado em debate, no qual não
53 foram apresentados destaques, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Após, colocou em
54 discussão o **Artigo 5º**, *in totum*, o qual, após ser colocado em debate, no qual não foram apresentados
55 destaques, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Na sequência, colocou em discussão o
56 **Artigo 6º**, *in totum*, o qual, após ser colocado em debate, no qual não foram apresentados destaques, foi
57 colocado em votação e aprovado por unanimidade. A seguir, colocou em discussão o **Artigo 7º**, *in totum*,
58 o qual, após ser colocado em debate, no qual não foram apresentados destaques, foi colocado em votação
59 e aprovado por unanimidade. Após, colocou em discussão o **Artigo 8º**, *in totum*, o qual, após ser colocado
60 em debate, no qual não foram apresentados destaques, foi colocado em votação e aprovado por
61 unanimidade. Na sequência, colocou em discussão o **Artigo 9º**, *in totum*, o qual, após ser colocado em
62 debate, no qual não foram apresentados destaques, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade.
63 A seguir, colocou em discussão o **Artigo 10**, *in totum*, o qual, após ser colocado em debate, recebeu
64 destaques da professora Dr^a Maria Claudia Brauner, a qual apresentou destaques no respectivo § 1º, mais
65 precisamente para as alíneas "d" e "f" e ao § 3º. Antes de dar início às discussões dos destaques, o
66 professor Carlos André colocou em votação os dispositivos não destacados do referido Artigo 10, os
67 quais foram aprovados por unanimidade. A discussão do referido § 1º foi profícua e resultou, em
68 consenso, na alteração do texto originalmente proposto, precisamente nas alíneas "c" a "f". Com essas
69 alterações o referido § 1º foi colocado em votação e aprovado por unanimidade, incorporando-se, como
70 tal, ao texto final anexo à presente ata. Na sequência, foi colocado em discussão o § 3º, cuja redação
71 original era a seguinte: "§ 3º Para fins de credenciamento e reconhecimentos, do total de pontos exigidos
72 pelo caput do artigo 10, a serem obtidos com produção intelectual no quadriênio avaliado, no mínimo
73 50% deverão ser obtidos em publicações enquadradas nas alíneas "a" e "c" do § 1º deste mesmo artigo" e
74 para o qual a professora Dr^a Maria Claudia Brauner pretendia a seguinte redação: "§ 3º Para fins de
75 credenciamento e reconhecimentos, do total de pontos exigidos pelo caput do artigo 10, a serem obtidos
76 com produção intelectual no quadriênio avaliado, no mínimo 50% deverão ser obtidos em publicações
77 enquadradas nas alíneas "a"; "b" e "c" do § 1º deste mesmo artigo". Não havendo consenso, nos debates,
78 o tema foi à votação, recebendo a proposta original a denominação de Proposta 1 e a proposta da
79 professora Dr^a Maria Claudia Brauner a denominação de Proposta 2. Colocada em votação, a Proposta 1
80 foi aprovada com 11 votos, obtendo a Proposta 2, 4 votos. Encerrados os debates e votações referentes ao
81 Art. 10, o Professor Dr. Carlos André Birnfeld, colocou em discussão o **Artigo 11**, *in totum*, o qual, após
82 ser colocado em debate, no qual não foram apresentados destaques, foi colocado em votação e aprovado
83 por unanimidade. Após, colocou em discussão o **Artigo 12**, *in totum*, o qual, após ser colocado em
84 debate, no qual não foram apresentados destaques, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade.
85 A seguir, colocou em discussão o **Artigo 13**, *in totum*, o qual, após ser colocado em debate, recebeu
86 destaque do professor Dr. Daniel Lena Marchiori Neto ao respectivo **parágrafo §4º**. Antes de dar início
87 às discussões dos destaques, o professor Carlos André colocou em votação os dispositivos não destacados
88 do referido Artigo 13, os quais foram aprovados por unanimidade. A discussão do referido § 4º foi
89 profícua, versando sobre o problema da continuidade das orientações dos professores que não viessem a
90 ser reconhecidos e resultou, em consenso, na alteração do texto originalmente proposto. Com essas
91 alterações o referido § 4º foi colocado em votação e aprovado por unanimidade, incorporando-se, como
92 tal, ao texto final anexo à presente ata. Encerrado o debate e votação do Artigo 13, o professor Dr. Carlos
93 André Birnfeld colocou em discussão o **Artigo 14**, *in totum*, o qual, após ser colocado em debate, no qual
94 não foram apresentados destaques, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Após, colocou
95 em discussão o **Artigo 15**, *in totum*, o qual, após ser colocado em debate, no qual não foram apresentados
96 destaques, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Na sequência, colocou em discussão o
97 **Artigo 16**, *in totum*, o qual, após ser colocado em debate, no qual não foram apresentados destaques, foi
98 colocado em votação e aprovado por unanimidade. Por derradeiro, colocou em discussão o **Formulário**



99 **Anexo, in totum**, o qual, após ser colocado em debate, no qual não foram apresentados destaques, foi
100 alterado a fim de reproduzir, em seu texto as demais alterações feitas ao longo da reunião, sendo assim
101 colocado em votação e aprovado por unanimidade, incorporando-se dessa forma ao texto final. Terminada
102 e exaurida a análise a Deliberação sobre os critérios para credenciamento e reconhecimentos de docentes
103 no Programa de Pós-Graduação Direito e Justiça Social – PPGDJS e trata da definição do número de
104 orientações por orientador e do estabelecimento das atividades que podem ser desenvolvidas pelas
105 diferentes categorias de professores foi aprovada, constituindo-se anexo da presente Ata. A seguir,
106 passou-se para o segundo ponto de pauta: 2) Indicação e Aprovação da Comissão de Credenciamento. A
107 Coordenadora usou a palavra e manifestou que dado o fato da professora Dr^a Raquel Fabiana Lopes
108 Sparenberger e o professor Dr. Salah Hassan Khaled Junior, terem participado da Comissão de
109 Autoavaliação e sendo, ademais, os docentes mais produtivos do Programa, indicava seus nomes para
110 comporem, junto com a Coordenação, a Comissão de Credenciamento. Colocada em votação a proposta
111 foi aprovada por unanimidade. A Coordenadora ressaltou que estaria encaminhando e-mail na próxima
112 segunda-feira, dia 29 de novembro, com o FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE
113 RECONHECIMENTO NO PPGDJS: BIÊNIO 2021-2022. Recordou aos presentes que, presumindo o
114 curso da publicidade prevista para a Resolução, dia 06/12/2021, será o prazo limite para encaminhar,
115 através do Sistema de Solicitações FURG/FADIR/Mestrado em Direito e Justiça Social, o referido
116 Formulário e o respectivo CVLATTES atualizado até a data do pedido. A reunião foi encerrada às 18:35h
117 e a presente Ata foi lavrada e assinada por mim, Professora Dr^a Sheila Stolz da Silveira e será publicada
118 na página da Faculdade de Direito: <http://direito.furg.br>. Rio Grande, 26 de novembro de 2021.



DELIBERAÇÃO Nº 09/2021

A CÂMARA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E JUSTIÇA SOCIAL DO CONSELHO DA FACULDADE DE DIREITO

Dispõe sobre os critérios para credenciamento e credenciamento de docentes no Programa de Pós-Graduação Direito e Justiça Social – PPGDJS, trata da definição do número de orientações por orientador e do estabelecimento das atividades que podem ser desenvolvidas pelas diferentes categorias de professores.

A Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Direito e Justiça Social do Conselho da Faculdade de Direito da FURG,

1. CONSIDERANDO a Portaria CAPES nº 81/2016, que define as categorias de docentes que compõem os Programas de Pós-Graduação (PPG's) *Stricto Sensu*.
2. CONSIDERANDO o Documento Orientador de APCN da área de Direito (ano 2019), em especial os itens:
 - 3.6.1 – critérios e comissão de credenciamento: o Programa deve ter critérios claros, tanto quantitativos quanto qualitativos, para credenciamento, credenciamento e descredenciamento de docentes; o credenciamento deve ter prazo de validade (deve ser periódico); deve haver uma comissão específica com essa finalidade.
 - 3.2.1 – número mínimo de docentes permanentes: Mestrado: 10 (dez); Doutorado: 12 (doze);
 - 3.1.4 – percentual mínimo de docentes permanentes no número total de professores: 70% (setenta por cento);
 - 3.5.3 – percentual mínimo do corpo docente permanente com Doutorado em Direito: 80% (oitenta por cento); admite-se professores cuja titulação não seja na área do Direito, no limite de 20% (vinte por cento), desde que demonstrada sua aderência à pesquisa jurídica proposta.



- 3.5.1 e 3.5.2 – percentual mínimo de aderência: 80% (oitenta por cento); critério de aderência: titulação e experiência acadêmica dos docentes devem ser pertinentes à área do curso e seus projetos de pesquisa;
 - 3.3.5 e 3.3.6 – percentual máximo de professores permanentes com vínculo em mais de um programa: 30% (trinta por cento), no limite de 3 (três) PPG;
 - 3.4.3 – experiência prévia de orientação: novos professores que não possuam experiência anterior de orientação em programa de pós-graduação *stricto sensu* precisam, para serem aprovados, comprovar experiência prévia em orientação de TCCs e de pesquisas de iniciação científica na graduação, ou em orientação de TCCs em cursos de especialização.
 - item 3.7.1 – recém doutores (titulação obtida há menos de 3 anos): são admitidos desde que eles tenham índices de desempenho em publicações de boa qualidade e que exista no Programa um grupo consistente e altamente produtivo de doutores mais experientes com capacidade de exercer a liderança na pesquisa.
 - 3.3.2 – carga horária mínima destinada ao Programa pelos dos professores permanentes: 20 (vinte) horas semanais; excepcionalmente até 30% (trinta por cento) dos docentes permanentes podem ter carga inferior à mínima exigida, limitada ao mínimo, no Mestrado, de 10 (dez) horas semanais e, no Doutorado, de 15 (quinze) horas semanais.
 - itens 2.7.2 e 2.7.3 – orientação principal das dissertações: a orientação principal das dissertações deve ser realizada apenas pelo professores permanentes; os professores colaboradores não devem assumir atividades de orientação principal, mas apenas de coorientação; no cálculo para aferir o número de orientandos por orientador o critério/indicação é a divisão apenas pelos orientadores permanentes; nesse sentido, a atribuição de orientação principal para professores colaboradores amplia essa média e prejudica a avaliação do programa.
3. CONSIDERANDO a Ficha de Avaliação da área de Direito (ano 2020), em especial os itens:
- 1.2.1 – mínimo de docentes permanentes: Mestrado: 10 (dez); Doutorado: 12 (doze);
 - 1.2.1 –percentual máximo de professores colaboradores: 30% (trinta por cento) do corpo docente total;
 - 1.2.1 – percentual máximo de professores permanentes com mais de um vínculo: 30% (trinta por cento), no limite de 3 (três) programas;
 - 1.2.2 – aderência: corpo docente com formação e trajetória de pesquisa adequadas e aderentes à respectiva área de concentração e às linhas de pesquisa, vinculados a projetos de pesquisa coerentes com a área de concentração e às linhas de pesquisa;



- 1.2.3 – carga horária destinada ao programa pelos dos professores permanentes: no mínimo 20 (vinte) horas semanais; excepcionalmente até 30% (trinta por cento) dos docentes permanentes podem ter carga inferior à mínima exigida, limitada a um mínimo, no Mestrado, de 10 (dez) horas semanais e, no Doutorado, de 15 (quinze) horas semanais;
- 1.2.4 – projeção do corpo docente: parte do corpo docente deve ter reconhecida projeção nacional e internacional (de acordo com a vocação do curso);
- 1.2.4 – formação e atividades do corpo docente: número expressivo de professores deve (a) possuir estágio pós-doutoral no exterior, bolsa de produtividade em pesquisa ou de pesquisa de agências nacionais ou internacionais de fomento, (b) participar de grupos de pesquisa interinstitucionais, de redes de pesquisa ou com vínculos internacionais, (c) ocupar cargos de direção e em conselhos de sociedades científicas nacionais e internacionais;
- 2.4.3 (obs. 1) – ponderação da produção intelectual: produção intelectual em coautoria será contabilizada apenas uma vez na produção do corpo docente;
- 2.5.1 – distribuição de atividades entre os docentes permanentes: atividades de ensino, pesquisa, extensão, orientação e formação deve ser distribuídas equitativamente entre os docentes permanentes;
- 2.5.2 – estabilidade do corpo docente: corpo docente estável durante o quadriênio;
- 2.5.3 – atuação na graduação: corpo docente deve ser atuante em atividades de ensino, pesquisa, extensão e orientação de trabalhos na graduação.
- 2.5.4 – número de orientações: deve ser mantido equilíbrio no número de orientações concluídas pelos professores permanentes.

4. CONSIDERANDO as conclusões e encaminhamentos do Seminário Interno de Avaliação do PPGDJS/FURG realizados nos dias 30 e 31 de agosto e 13 e 14 de setembro de 2021;

5. CONSIDERANDO a Ata 75/2019 de 29/10/2019 da Câmara do PPGDJS que tratou da Proposta de Edital de Credenciamento e Recredenciamento do Corpo Docente para Quadriênio 2017-2020 e a da Ata 78/2019 de 10/12/2019 da Câmara do PPGDJS que Contextualiza a Autoavaliação com o resultado e média da Equipe Docente, nos termos do Edital n. 12/2019 Edital de Credenciamento e de Recredenciamento do Corpo Docente, visando readequar a equipe para a avaliação do Quadriênio 2017-2020 e onde se destaca que a média de pontuação da Equipe ficou em 1.410 pontos, apontando-se, entre outras, as seguintes fragilidades: i) a necessidade de garantir que cada docente deve estar com uma pontuação individual próxima da média da equipe;



ii) assegurar a regularidade dos próximos Editais de Credenciamento e Recredenciamento (2021 e 2023); e, iii) a necessidade de criação de uma Comissão de Autoavaliação

6. CONSIDERANDO que o Regimento Geral dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da FURG, aprovado pela Deliberação nº 54/2017 do COEPEA, no artigo 5º, incisos VIII e X, estabelece ser atribuição dos Coordenadores de Pós-Graduação *“Planejar, coordenar, executar o processo de avaliação dos cursos, em consonância com a política de avaliação institucional e externa” e “Estabelecer critérios para a distribuição de orientados entre os orientadores do Programa de Pós-Graduação, bem como critérios para o credenciamento e a permanência de docentes no Programa de Pós-Graduação”;*

7. CONSIDERANDO a DELIBERAÇÃO Nº 005/2017, CONSELHO ACADÊMICO DA FACULDADE DE DIREITO, mais precisamente em seu Art. 3º, inciso III e § 2º, incisos I a IX;

8. CONSIDERANDO a decisão de aprovação da presente Deliberação na Câmara do Programa de Pós-Graduação Direito e Justiça Social do Conselho da Faculdade de Direito da FURG, tomada em reunião do dia 26 de novembro de 2021, Ata nº 105/2021,

RESOLVE:

Art. 1º. Colocar em vigor as normas em anexo, que tratam de *critérios para credenciamento e recredenciamento de docentes no Programa de Pós-Graduação Direito e Justiça Social – PPGDJS, assim como da definição do número de orientações por orientador e do estabelecimento das atividades que podem ser desenvolvidas pelas diferentes categorias de professores.*

Art. 2º. A presente Deliberação entra em vigor nesta data.

Rio Grande, 26 de novembro de 2021.



DELIBERAÇÃO Nº 09/2021

A CÂMARA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E JUSTIÇA SOCIAL DO CONSELHO DA FACULDADE DE DIREITO

Dispõe sobre os critérios para credenciamento e recredenciamento de docentes no Programa de Pós-Graduação Direito e Justiça Social – PPGDJS, trata da definição do número de orientações por orientador e do estabelecimento das atividades que podem ser desenvolvidas pelas diferentes categorias de professores.

Artigo 1º O corpo docente do PPGDJS/FURG será constituído por professores portadores do título de Doutor, credenciados pela Coordenação do Programa, ouvida a Câmara de Pós-Graduação da FADIR/FURG, em processo dirigido pela Comissão de Credenciamento:

§ 1º O percentual mínimo de Doutores com título na área de Direito será de 80% (oitenta por cento) dos professores integrantes do corpo permanente.

§ 2º Professores com título de Doutor em áreas afins ao Direito, no limite de 20% (vinte por cento) dos integrantes do corpo permanente, poderão ser credenciados se comprovarem formação e trajetória de pesquisa adequadas e aderentes à área de concentração e às linhas de pesquisa do PPGDJS/FURG, considerados os seguintes critérios nas situações em que o número de pedidos exceder esse percentual:

1. produção: maior pontuação obtida nos termos do **artigo 10**;
2. antiguidade: havendo empate no item anterior, terá preferência em relação aos demais o professor com maior tempo de vínculo com o PPGDJS/FURG, e, persistindo o empate, maior tempo de vínculo com a FURG.

§ 3º O credenciamento de novos professores do PPGDJS/FURG ocorrerá mediante processo específico, decorrente de Edital de Credenciamento.

§ 4º O pedido de credenciamento, quando da publicação do Edital previsto no **parágrafo anterior**, deverá ser apresentado à Comissão de Credenciamento por meio de requerimento do interessado que explicita os motivos, a área de concentração e o enquadramento em pelo menos uma das linhas de pesquisa do Programa, e a



categoria de enquadramento solicitada, acompanhada do formulário anexo a esta Deliberação e do *curriculum vitae* gerado pela Plataforma Lattes do CNPq, devidamente atualizado.

§ 5º A inserção de dados inverídicos no *curriculum vitae* gerado pela Plataforma Lattes implicará na imediata desconsideração e no indeferimento do pedido de credenciamento.

Artigo 2º A Comissão de Credenciamento, responsável pelos processos de credenciamento e reconhecimentos, será formada por 2 (dois) professores permanentes indicados pela Câmara de Pós-Graduação da FADIR/FURG, entre aqueles com maior produção acadêmica, e presidida pela Coordenação do PPGDJS/FURG.

Artigo 3º Os credenciamentos e reconhecimentos serão válidos por dois anos, nos termos do período aprovado pela Comissão de Credenciamento e homologado pela Câmara de Pós-Graduação da FADIR/FURG, não podendo ultrapassar os limites do quadriênio de avaliação da CAPES durante o qual foi expedido o ato.

§ 1º No reconhecimentos a que se refere o caput deste artigo o professor deverá comprovar o cumprimento de todas as exigências **desta Deliberação**, contidas no **artigo 10 e seus parágrafos**, obter avaliação positiva de desempenho docente durante o período considerado, e ter o resultado homologado pela Câmara de Pós-Graduação da FADIR/FURG.

§ 2º Os professores permanentes que não atenderem integralmente os critérios definidos nesta Deliberação para se manterem nessa categoria, poderão ser reconhecidos como professores colaboradores, desde que cumpridas as exigências específicas, mantidas as orientações já assumidas.

Artigo 4º A atuação eventual de professor não credenciado, em atividades específicas, não o caracteriza como docente ou pesquisador integrante do corpo docente do PPGDJS em nenhuma das classificações previstas no **artigo 5º e seus incisos**.

Parágrafo único. Por atividades específicas a que se refere o *caput* deste artigo entendem-se palestras ou conferências, participação em bancas examinadoras, coautoria de trabalhos publicados, orientação ou cotutela de trabalhos de conclusão de curso, participação em projetos de pesquisa e em outras atividades acadêmicas caracterizadas como eventuais no regimento do programa.



Artigo 5º Para os fins de credenciamento junto ao Programa, os docentes serão classificados como:

- I – Docentes Permanentes;
- II – Docentes Colaboradores;
- III – Docentes Visitantes.

Artigo 6º Serão credenciados como docentes permanentes os professores que atuarão com preponderância no PPGDJS/FURG, constituindo o núcleo estável de docentes, e que atendam aos seguintes requisitos:

- I – Integrar o quadro de pessoal efetivo da Universidade;
- II – Desenvolver, com regularidade, atividades de ensino na graduação e na pós-graduação da FADIR/FURG;
- III – Participar de projetos de pesquisa relacionados ao PPGDJS/FURG;
- IV – Desenvolver atividades de orientação junto ao PPGDJS/FURG;
- V – Apresentar regularidade e qualidade na produção intelectual, nos termos do **artigo 10, parágrafos 1º a 4º**;

§ 1º As funções administrativas no Programa serão atribuídas aos docentes permanentes.

§ 2º O afastamento temporário de docentes permanentes para realização de estágio pós-doutoral, estágio sênior ou outras atividades acadêmicas relevantes, não impede a manutenção do seu credenciamento, desde que mantidas as atividades previstas no **inciso V deste artigo**.

Artigo 7º Em casos especiais e devidamente justificados, docentes não integrantes do quadro efetivo de pessoal da FADIR/FURG, com produção intelectual que demonstre inequívoca aderência à área de concentração e a pelo menos uma das linhas de pesquisa do Programa, que vierem a colaborar nas atividades de pesquisa, ensino e orientação junto ao PPGDJS/FURG poderão ser credenciados como permanentes, no limite de 20% (vinte por cento) do total de integrantes dessa categoria docente, nas seguintes situações:

- I – professores visitantes, contratados pela FURG por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público de que trata a Lei nº 8.745/1993;



II – docentes e pesquisadores aposentados que, mediante a formalização de termo de adesão, vierem a prestar serviço voluntário na FADIR/FURG nos termos da legislação pertinente;

III – pesquisadores bolsistas das agências de fomento vinculados ao PPGDJS/FURG por meio de projetos específicos com duração superior a 24 (vinte e quatro) meses;

IV – docentes e pesquisadores vinculados a outras instituições de educação superior ou de pesquisa, formalmente autorizados ao cumprimento, no PPGDJS/FURG, de carga horária semanal mínima de 20 (vinte) horas dedicadas ao PPGDJS/FURG e por período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, mediante a formalização de documento específico.

Parágrafo único. Os docentes a que se refere o **caput deste artigo** poderão ser desobrigados do desenvolvimento de atividades de ensino na graduação, com exceção dos integrantes de outras unidades da FURG.

Artigo 8º O credenciamento dos professores permanentes do PPGDJS/FURG em qualquer outro Programa de Pós-Graduação da FURG ou de qualquer outra Instituição de Educação Superior deve ser comunicado, por escrito, à Coordenação do Programa.

Parágrafo único. O número de credenciamentos concomitantes fica limitado ao expressamente autorizado nas normas específicas da FURG e da CAPES.

Artigo 9º Fica limitado em 6 (seis) o número de orientações concomitantes que cada docente permanente poderá assumir como orientador principal. Havendo, por parte da CAPES, fixação de número inferior a esse, valerá o limite fixado por essa agência de fomento e avaliação.

§ 1º Os professores permanentes, credenciados em mais de um Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, reservarão, obrigatoriamente, no mínimo 4 (quatro) vagas para orientação concomitante de alunos do PPGDJS/FURG, a serem disponibilizadas conforme deliberado no respectivo edital de seleção.

§ 2º As orientações em turmas especiais ou interinstitucionais, quando existentes, poderão ser adicionadas a esse número, havendo norma expressa da CAPES nesse sentido, mas no limite máximo de duas. Não havendo norma expressa, as orientações dessas turmas serão computadas dentro do limite indicado no *caput* deste artigo.



Artigo 10. Serão exigidos para o credenciamento e o recredenciamento de docentes permanentes a soma de, no mínimo, 800 (oitocentos) pontos em produção intelectual e atividades administrativas, durante o biênio avaliado, enquadrada a produção intelectual na área de concentração em pelo menos uma das linhas de pesquisa em que deseja atuar ou já atua no PPGDJS/FURG.

§ 1º Considera-se produção intelectual, para fins de credenciamento e recredenciamento:

- a. Artigos publicados em periódicos com *qualis*, pontuados nos seguintes termos;
Qualis A1 = 200 pontos por publicação
Qualis A2 = 150 pontos por publicação
Qualis B1 = 100 pontos por publicação
Qualis B2 = 80 pontos por publicação
Qualis B3 = 60 pontos por publicação
Qualis B4 = 40 pontos por publicação
- b. Artigos publicados em periódicos estrangeiros não incluídos no *qualis* = 100 pontos por publicação;
- c. Livros monográficos (não coletâneas) publicados = 200 pontos por publicação;
- d. Capítulos de livros publicados (excluídos prefácios, posfácios e apresentações) = 80 pontos por publicação, limitados em 400 pontos;
- e. Trabalhos completos publicados em anais de eventos = 60 pontos por publicação, limitados em 240 pontos;
- f. Trabalhos técnicos (incluindo organização de obras e traduções e excluindo avaliação de artigos) = 40 pontos por produção, limitados a 200 pontos;
- g. Avaliação de artigos = 10 pontos por avaliação, limitados a 80 pontos.

§ 2º Trabalhos em coautoria, com mais de 2 (dois) autores pertencentes ao corpo docente do PPGDJS/FURG, terão sua pontuação dividida entre os autores para fins de cumprimento da pontuação exigida no **caput deste artigo**.

§ 3º Para fins de credenciamento e recredenciamento, do total de pontos exigidos pelo caput do **artigo 10**, a serem obtidos com produção intelectual no quadriênio avaliado,



no mínimo 50% deverão ser obtidos em publicações enquadradas nas **alíneas “a” e “c”** do **§ 1º deste mesmo artigo**.

§ 4º Computam-se atividades de gestão, para fins de credenciamento e reconhecimento:

- a. Coordenação do PPGDJS/FURG, Coordenação do Curso de Graduação em Direito da FADIR/FURG, Cargo de Direção na FURG, Pró-Reitoria da FURG, Reitoria = 20 pontos por mês de atividade, limitados a 480 pontos;
- b. Coordenação Adjunta do PPGDJS/FURG, Editoria da Revista JURIS do PPGDJS/FURG, Coordenação Adjunta do Curso de Graduação em Direito da FADIR/FURG, Vice Direção da FADIR/FURG, Vice-Reitoria = 10 pontos por mês de atividade, limitados a 240 pontos.

§ 5º Para fins de reconhecimento será também considerada obrigatória, com base nas exigências definidas pela CAPES:

- a. participação em eventos acadêmicos para apresentação de trabalho ou como convidado (avaliador, moderador, painalista, conferencista);
- b. oferecimento de disciplinas no âmbito do PPGDJS/FURG e na graduação da FADIR/FURG, com exceção nos casos de dispensa em razão do exercício de cargo administração ou de afastamento para formação e naqueles enquadrados no **artigo 7º desta Deliberação**;
- c. orientações realizadas no PPGDJS/FURG, quando professor permanente.

§ 6º O credenciamento inicial para orientar no PPGDJS/FURG requer, também, a comprovação de experiência em atividades de orientação, assim consideradas:

- a. mínimo de seis Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação/Especialização em Direito integralmente orientados e com defesa realizada e aprovada; ou,
- b. mínimo de duas dissertações de Mestrado/Teses de Doutorado em Direito integralmente orientadas e com defesa realizada e aprovada.

Artigo 11. Poderão ser credenciados como docentes colaboradores os professores ou pesquisadores que irão contribuir para o PPGDJS de forma complementar ou eventual e que não preencham integralmente os requisitos estabelecidos **nesta Deliberação**, nos **artigos 6º, 7º e 10** para a classificação como permanentes.

§ 1º Para o credenciamento e reconhecimento de professores colaboradores as exigências estabelecidas **nesta Deliberação**, no **artigo 10 e seus parágrafos 1º a 6º**, relativamente à produção intelectual, ficam fixadas em no mínimo 50% (cinquenta por



cento) das exigidas para os professores permanentes, mantidas integralmente as demais exigências contidas nos **artigos 6º a 8º** também **desta Deliberação**.

§ 2º O número máximo de professores colaboradores do programa fica limitado em 30% (trinta por cento) do número total de professores credenciados (permanentes + colaboradores), adotados como definidores da classificação nas situações em que houver número de pedidos que ultrapasse esse percentual, os seguintes critérios, em ordem de aplicação:

- a. produção: maior pontuação obtida nos termos do **artigo 10**;
- b. antiguidade: havendo empate no item anterior, terá preferência em relação aos demais o professor com maior tempo de vínculo com o PPGDJS/FURG, e, persistindo o empate, maior tempo de vínculo com a FURG.

§ 3º Os professores colaboradores poderão ministrar disciplinas e/ou desenvolver atividades de orientação, nos termos das normas estabelecidas pela FURG e pela CAPES.

§ 4º Os professores colaboradores que durante o credenciamento nessa categoria comprovarem o cumprimento das exigências estabelecidas para os professores permanentes poderão requerer a mudança de categoria, independentemente de Edital, respeitados os limites previstos nos **§§ 1º e 2º do artigo 1º, caput do artigo 7º e § único do artigo 8º desta Deliberação**.

Artigo 12. Serão credenciados como docentes visitantes os professores vinculados a outras instituições de ensino superior, no Brasil ou no exterior, os bolsistas de pesquisa de agências de fomento e aqueles contratados nos termos da Lei nº 8.745/1993, que irão permanecer na FURG à disposição do PPGDJS/FURG, em tempo integral, durante um período contínuo, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa, extensão e orientação, ou somente uma ou algumas dessas atividades, devendo ser especificadas, no ato de credenciamento, as atividades para as quais o credenciamento foi aprovado, estando as orientações concomitantes limitadas em duas.

§ 1º O credenciamento de professores visitantes levará em consideração, em cada caso, o conjunto da produção intelectual, nos últimos quatro anos, a aderência às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa e a contribuição a ser dada ao PPGDJS/FURG durante o período de permanência no Programa.

§ 2º A atuação de docentes visitantes no Programa deverá ser viabilizada mediante ato formal entre a FURG e a instituição de origem do docente, com bolsa concedida para essa finalidade por agências de fomento ou mediante contratação em conformidade com a Lei nº 8.745/1993.



Artigo 13. No prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação desta Deliberação os atuais professores do PPGDJS/FURG deverão apresentar pedido de recondução no Sistema de Solicitações FURG/FADIR/Mestrado em Direito e Justiça Social, utilizando formulário específico, ANEXO a esta Deliberação, acompanhado da cópia do *curriculum vitae* gerado pela Plataforma Lattes, devidamente atualizado.

§ 1º Ficam dispensados da apresentação do pedido previsto no **caput deste artigo** os docentes que já tenham passado por processo de credenciamento no ano de 2021.

§ 2º Serão considerados reconduzidos, em caráter de excepcionalidade, até 31 de dezembro de 2022, todos os docentes que apresentarem o respectivo pedido e comprovarem no biênio 2019-2020 o cumprimento de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da pontuação estabelecida, para professor permanente, no **caput do artigo 10** e, para professor colaborador, no § 1º do artigo 11 desta Deliberação, não aplicando-se, excepcionalmente, para este fim, o § 3º do artigo 10, observados os limites estabelecidos no documento orientador de APCN e na Ficha de Avaliação da área de Direito, a saber:

- a. limite de 20% de doutores de outras áreas, que não a de Direito, no conjunto dos docentes permanentes do Programa;
- b. limite de 30% de docentes colaboradores em relação ao número total de docentes do Programa.

§ 3º Havendo, nas situações das alíneas “a” e “b” do parágrafo anterior, número de pedidos superior ao número de vagas, considerando as diretrizes da área de Direito da CAPES, adota-se como definidores da classificação nas situações em que houver número de pedidos que ultrapasse esse percentual, os seguintes critérios, em ordem de aplicação:

- a. produção: maior pontuação obtida nos termos do artigo 10;
- b. antiguidade: havendo empate no item anterior, terá preferência em relação aos demais o professor com maior tempo de vínculo com o PPGDJS/FURG, e, persistindo o empate, maior tempo de vínculo com a FURG.

§ 4º Os professores que não apresentarem o pedido, no prazo e na forma estabelecidos nesta Deliberação, bem como os que excederem o número de vagas estabelecido com base nos limites indicados no parágrafo 2º deste artigo, estarão em descredenciamento progressivo a partir de 1º de janeiro de 2022, mantido credenciamento excepcional, como professor colaborador, exclusivamente para fins de conclusão de orientação, no limite de 31 de dezembro de 2022.

§ 5º O prazo estabelecido no **caput deste artigo** destina-se exclusivamente a pedidos de recondução dos atuais docentes do PPGDJS/FURG. Pedidos de credenciamento de novos professores somente serão recebidos havendo publicação



de edital específico para preenchimento de vaga, nos termos do **§ 3º do artigo 1º desta Deliberação**.

§ 6º A inserção de dados inverídicos no *curriculum vitae* gerado pela Plataforma Lattes implicará na imediata desconsideração do pedido de credenciamento.

Artigo 14. Em dezembro de 2022 haverá processo regular de credenciamento, válido para os anos de 2023 e 2024.

§ 1º No processo de credenciamento previsto no **caput deste artigo** a produção exigida no **caput do artigo 10** e no **parágrafo 1º do artigo 11** será considerada com base nas atividades e publicações dos anos de 2021 e 2022, com exigência de 50% (cinquenta por cento) da pontuação estabelecida.

§ 2º Nos processos de credenciamento a serem realizados a cada biênio, a partir de dezembro de 2024, aplicar-se-ão integralmente todos os critérios e pontuações estabelecidos nesta Deliberação.

Artigo 15. Havendo alteração significativa nos critérios de avaliação da área de Direito da CAPES, a presente Deliberação será atualizada para atender as exigências pertinentes.

Artigo 16. Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Os casos omissos serão apreciados pela Câmara de Pós-Graduação da FADIR/FURG, ouvida a Comissão de Credenciamento.

Rio Grande, 26 de novembro de 2021.

Profa. Dra. Sheila Stolz
Coordenadora do Curso de Mestrado em Direito e Justiça Social

FURG – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
FADIR – FACULDADE DE DIREITO
PPGDJS – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E JUSTIÇA SOCIAL
SOLICITAÇÃO DE RECRENCIAMENTO NO PPGDJS BIÊNIO 2021-2022

Professor(a):		CPF:	
Categoria	Linhas de Pesquisa (no limite de duas)		
() Permanente () Colaborador () Visitante	() LINHA DE PESQUISA I: REALIZAÇÃO CONSTITUCIONAL DA SOLIDARIEDADE () LINHA DE PESQUISA II: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SUSTENTABILIDADE		
Documentos anexados ao pedido (condição para análise do pedido): Currículo Lattes atualizado até a data do pedido			
PRODUÇÃO EXIGIDA NO BIÊNIO 2019-2020 PELA DELIBERAÇÃO Nº 8/2021 - PPGDJS/FURG			
Espécie de produção	Mínimos e Máximos	Número de produções	Pontuação obtida
Artigos publicados em revistas com <i>qualis</i> A1 (200 pontos por publicação)	Mínimo de 50% das publicações do biênio		
Artigos publicados em revistas com <i>qualis</i> A2 (150 pontos por publicação)			
Artigos publicados em revistas com <i>qualis</i> B1 (100 pontos por publicação)			
Artigos publicados em revistas com <i>qualis</i> B2 (80 pontos por publicação)			
Artigos publicados em revistas com <i>qualis</i> B3 (60 pontos por publicação)			
Artigos publicados em revistas com <i>qualis</i> B4 (40 pontos por publicação)			
Livros monográficos – não coletâneas (200 pontos por publicação)	Máximo de 50% das publicações do biênio		
Artigos publicados em periódicos estrangeiros não incluídos no <i>qualis</i> (100 pontos por publicação)			
Capítulos de livros – excluídos prefácios, posfácios e apresentações (80 pontos por publicação, no limite de 400 pontos)			
Trabalhos completos publicados em anais de eventos (60 pontos por trabalho, no limite de 240 pontos)			
Trabalhos técnicos – incluindo organização de obras e traduções e excluindo avaliação de artigos (40 pontos por produção, no limite de 200 pontos)			
Avaliação de artigos (10 pontos por avaliação, no limite de 80 pontos)			
Coordenação do PPGDJS/FURG, Coordenação do Curso de Graduação em Direito da FADIR/FURG, Cargo de Direção na FURG, Pró-Reitoria da FURG, Reitoria (20 pontos por mês de atividade, no limite de 480 pontos)			
Coordenação Adjunta do PPGDJS/FURG, Editoria da Revista do PPGDJS/FURG, Coordenação Adjunta do Curso de Graduação em Direito da FADIR/FURG, Vice Direção da FADIR/FURG, Vice-Reitoria (10 pontos por mês de atividade, no limite de 240 pontos)			
ADERÊNCIA A produção, para fins de credenciamento e recrenciamento deve, obrigatoriamente, possuir aderência à área de concentração e uma das linhas de pesquisa do PPGDJS/FURG.		Pontuação mínima por categoria	TOTAL DE PONTOS
DISPONIBILIDADE Docentes e pesquisadores vinculados a outras instituições de educação superior ou de pesquisa precisam estar autorizados ao cumprimento, no PPGDJS/FURG, de carga horária semanal mínima de 20 horas por período mínimo de 24 meses, mediante a formalização de documento específico.		P: 200 C: 100 V: 200	
LIMITES a) limite de 20% de doutores de outras áreas, que não a de Direito, no conjunto dos docentes permanentes do Programa; b) limite de 20% de doutores externos à FADIR/FURG, no conjunto dos docentes permanentes do Programa; c) limite de 30% de docentes colaboradores em relação ao número total de docentes do Programa.			
RIO GRANDE (RS), _____ de _____ de _____.			